



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Recurso Ordinário Trabalhista **1000802-83.2024.5.02.0090**

[PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI](#)

Relator: TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS

Tramitação Preferencial

- Pessoa com Doença Grave

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 03/12/2024

Valor da causa: R\$ 63.735,00

Partes:

RECORRENTE: LEILA NAZARE MENDES

ADVOGADO: PACILIA RIBEIRO FERREIRA

RECORRIDO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA
MEDICINA

ADVOGADO: CARLOS CARMELO BALARO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
90ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090
RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES
RECLAMADO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA MEDICINA

CONCLUSÃO

Nesta data, faço o feito concluso ao(a) MM(a) Juiz(a) da 90ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP.

SAO PAULO/SP, data abaixo.

ROBERTO NASCIMENTO PEREIRA DE SOUZA

Vistos,

1 - Nos autos a petição Id ce0abe9

2 - Trata-se de exceção de incompetência territorial, em razão do local da prestação de serviço.

3 - Dê-se vista à parte reclamante, para manifestação em 5 dias, havido o silêncio como anuência.

4 - Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação da parte autora, voltem os autos conclusos para deliberação.

5 - Diante da impossibilidade de existência de processo sem solução e sem marcação de audiência, fica, por ora, mantida a audiência designada.

Nada mais.

SAO PAULO/SP, 04 de junho de 2024.

ANDREA RENZO BRODY

Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: ANDREA RENZO BRODY - Juntado em: 04/06/2024 12:00:21 - 17b1ce8
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24060410514236300000351026250?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24060410514236300000351026250



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
90ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090
RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES
RECLAMADO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA MEDICINA

Nesta data, faço os presentes autos conclusos à MMª Juíza do Trabalho da 90ª Vara do Trabalho de São Paulo, Dra. ANDREA RENZO BRODY, para deliberações tendo em vista a petição de ID ce0abe9 e ce0abe9 .

SAO PAULO/SP, 14/06/2024

Roberto Nascimento Pereira de Souza

DECISÃO

Vistos.

A reclamada informa que a reclamante sempre se ativou na Estrada São Francisco, nº 1448, Jardim Henriqueta, Taboão da Serra/SP, CEP: 06764-290,

A reclamante confirma que sempre prestou serviços neste endereço. Argumenta, no entanto, que foi contratada em outro endereço, mas nem mesmo indica onde teria sido contratada.

A Resolução Administrativa nº 01/2013 estabeleceu a competência funcional das Varas do Trabalho do município de São Paulo, que, ressalte-se, é absoluta e improrrogável. Esta determinação possui como critérios os limites territoriais de cada subprefeitura e as faixas de endereçamento postal (CEP) correspondentes, bem como as disposições do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O CEP em que a reclamante prestou serviços está localizado no município de Taboão da Serra-SP.

A competência para processamento do feito é determinada pelo local da prestação de serviços. A reclamante sempre trabalhou no mesmo endereço, de maneira que a hipótese dos autos não se refere à exceção prevista no §3º do art. 651 da CLT.

Portanto, a competência para processar e julgar o presente feito é de umas das Varas do Trabalho daquele Fórum Regional.

Ante o exposto, acolho a exceção de incompetência territorial alegada pela ré e determino a remessa do feito a uma das Varas do Trabalho do Fórum de Taboão da Serra/SP.

Retire-se o feito de pauta.

Intimem-se.

Nada mais.

SAO PAULO/SP, 14 de junho de 2024.

ANDREA RENZO BRODY

Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: ANDREA RENZO BRODY - Juntado em: 14/06/2024 11:06:05 - deb2372
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24061409225959600000352756560?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24061409225959600000352756560



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE TABOÃO DA SERRA
ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090
RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES
RECLAMADO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA MEDICINA

Processo: 1000802-83.2024.5.02.0090 - Processo PJe

Classe: Ação Trabalhista - Rito Ordinário

Autor: LEILA NAZARE MENDES

Réu: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

DESPACHO DE REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA

Audiência: Una - Sala "Sala Principal": 25/09/2024 16:00

Redesigno audiência para o dia e hora acima indicados, a ser realizada **PRESENCIALMENTE** na sala de audiências desta Vara do Trabalho, quando as partes deverão comparecer, a parte autora sob pena de arquivamento e a parte passiva sob pena de revelia e confissão.

TABOAO DA SERRA/SP, 27 de junho de 2024.

ACACIA SALVADOR LIMA ERBETTA

Juíza do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: ACACIA SALVADOR LIMA ERBETTA - Juntado em: 27/06/2024 08:35:08 - 6a68916
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24062608135133400000354653785?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24062608135133400000354653785



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
1ª Vara do Trabalho de Taboão da Serra
ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090
RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES
RECLAMADO(A): SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O
DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

ATA DE AUDIÊNCIA

Em 25 de setembro de 2024, na sala de sessões da MM. 1ª Vara do Trabalho de Taboão da Serra, sob a direção do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) do Trabalho MARCOS VINICIUS COUTINHO, realizou-se audiência relativa à Ação Trabalhista - Rito Ordinário número 1000802-83.2024.5.02.0090, supramencionada.

Às 16:02, aberta a audiência, foram apregoadas as partes.

Presente a parte reclamante LEILA NAZARE MENDES, pessoalmente, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). PACILIA RIBEIRO FERREIRA, OAB 388557/SP.

Presente a parte reclamada SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA, representado(a) pelo(a) preposto(a) Sr.(a) ERIC CARVALHO SOUZA, acompanhado(a) de seu(a) advogado(a), Dr(a). ROBERTA BORGES MARTINS, OAB 231671/SP.

Registro que o(a) magistrado(a), servidor(a), patronos(as) e partes comparecem presencialmente à presente sessão.

Em caso de necessidade, fica desde logo deferido o prazo de 5 (cinco) dias para as partes regularizarem sua representação processual, com a juntada de carta de preposição, procuração, contrato social e substabelecimento.

INCONCILIADOS.

Defesa(s) Digital(is) com documentos.

Prazo de cinco dias para o reclamante se manifestar sobre defesa(s) e documentos juntados.

Depoimento da parte reclamante: "que foi diagnosticada com carcinoma no intestino em 2021; que foi transferida para o AME Taboão em 2022; que a cirurgia feita no final de 2022 teve caráter preventivo; que voltou do afastamento em fevereiro de 2023 e trabalhou até março de 2024; que as pessoas com quem trabalhava, inclusive sua chefia, tinham conhecimento de sua patologia; que não teve conhecimento de outras pessoas dispensadas no mesmo período em que foi desligada da reclamada; que não sabe quem sejam a Sra. Bruna Cruz Viana, Alessandra Brito Simões e Edenilva da Silva Filgueiras; que conheceu uma funcionária

chamada Monique da farmácia, mas não sabe se foi desligada e não sabe se era a mencionada Monique Cunha Gomes; que em seu turno trabalhavam duas pessoas pela escala, mas na maior parte do tempo trabalhava sozinha, porque a outra pessoa ficava no turno da manhã; que por alguns períodos aleatórios trabalhou com outra pessoa; que é possível a troca de plantões na unidade quando há acordo entre os funcionários." Nada mais.

Depoimento da parte reclamada: "que a reclamante prestava serviços de forma correta e não houve reclamações do serviço prestado por ela; que a reclamante foi dispensada em razão de corte no orçamento da instituição e o quadro da reclamada estava acima do completo; que trabalhavam quatro pessoas na época da reclamante e que agora serão apenas três; que a Sra. Bruna Cruz Viana era recepcionista e foi desligada no mesmo processo; que a Sra. Alessandra Brito Simões também foi desligada no mesmo processo e atuava na enfermaria." Nada mais.

A parte autora não tem testemunhas presentes.

A reclamada dispensa a oitiva de sua testemunha.

Não havendo outras provas a serem produzidas em audiência, determino o encerramento da instrução processual. Razões finais no prazo comum de cinco dias.

Proposta conciliatória final infrutífera.

O juízo informa que quaisquer petições e documentos doravante juntados pelas partes com sigilo serão considerados inexistentes para quaisquer fins.

Fica designado julgamento para dia 25/10/2024, às 17h20min, de cujo resultado as partes serão intimadas via DEJT.

Cientes as partes. Nada mais.

Audiência encerrada às 16:13.

MARCOS VINICIUS COUTINHO
Juiz(a) do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS COUTINHO, em 25/09/2024, às 18:37:34 - 57a9bd5
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A REGIAO:03241738000139
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24092516140439100000368637457?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24092516140439100000368637457



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

1ª VARA DO TRABALHO DE TABOÃO DA SERRA

ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090

RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES

RECLAMADO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA

S E N T E N Ç A

1. RELATÓRIO:

Trata-se de Reclamação Trabalhista ajuizada por LEILA NAZARE MENDES, reclamante, em face de SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA, reclamada, postulando o pagamento das parcelas arroladas na petição inicial (ID. a2e45f3) e atribuindo à causa o valor de R\$ 63.735,00. A parte ativa juntou documentos e procuração.

Recusada a solução conciliatória do litígio, foi recebida a resposta da reclamada, que se defendeu por meio de contestação na qual pugna pela improcedência dos pedidos (ID. 296865b). Juntado procuração e contrato social.

Réplica (ID. 61c781d).

Com o encerramento da instrução processual, após a produção de prova oral (ID. 57a9bd5), renovou-se a tentativa de conciliação, que, mais uma vez, não foi exitosa.

Razões finais escritas pela reclamada (ID. c24daf7).

Vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 PROVIDÊNCIAS SANEADORAS E QUESTÕES PROCESSUAIS

PENDENTES:

- IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Ao contrário do que asseverado pela parte passiva, a parte autora atribuiu à causa o valor de R\$ 63.735,00, sendo que tal importe é compatível com suas pretensões indenizatórias.

Ademais, quanto à individualização dos valores de cada um dos pedidos, é importante observar que isso não implica qualquer prejuízo para a parte passiva, pois eventual condenação tomaria por base o valor a ela arbitrado, e não o valor dado à causa pela autora. Em verdade, o risco repousa sobre a parte ativa, na medida em que, no caso de improcedência do pedido ou de extinção sem resolução de mérito do processo, as custas devidas pela reclamante seriam calculadas sobre a quantia apontada na petição inicial.

Pelo exposto, **rejeito**.

2.2 PREJUDICIAIS DE MÉRITO:

- PRESCRIÇÃO

O contrato de trabalho fora extinto em 1º.5.2024 (ID. 94059f0) e a presente ação fora ajuizada em 17.5.2024. Não há falar, portanto, em prescrição bienal.

No que concerne à prescrição quinquenal, não se pode olvidar a suspensão da contagem do prazo prescricional ocorrida de 12.6.2020 a 30.10.2020 (totalizando 141 dias) decorrente da Lei nº 14.010/2020. Referido diploma normativo, promulgado durante a crise sanitária causada pela covid-19, taxativamente previu, em seu art. 3º, que *“os prazos prescricionais consideram-se impedidos ou suspensos, conforme o caso, a partir da entrada em vigor desta Lei até 30 de outubro de 2020”*.

Tendo em vista que o contrato de trabalho se iniciou em 1º. 8.2016, é imperioso reconhecer a prescrição parcial e quinquenal das parcelas cuja

exigibilidade remonte ao período anterior a 27.12.2018 (já considerada a mencionada suspensão), razão pela qual julgo extinto o processo com resolução de mérito nesse particular, nos termos do art. 487, II, do CPC/2015.

Sendo assim, **pronuncio a prejudicial de prescrição parcial para julgar extinto, com resolução de mérito, o processo quanto às parcelas cuja exigibilidade remonte ao período anterior a 27.12.2018, nos termos do art. 487, II, do CPC/2015.**

2.3 MÉRITO:

- PRETENSÕES INDENIZATÓRIAS

Afirma a reclamante que fora dispensada enquanto passava por tratamento médico. Acresce que padece de carcinoma no intestino e que, por isso, de forma discriminatória, a reclamada procedeu com sua dispensa.

Em contestação, a reclamada assevera que a autora fora dispensa quando não mais possuía sinais ativos da doença e em razão de restrição orçamentária.

À análise.

A Lei 9.029/95 concretiza, nas relações de trabalho, o objetivo fundamental da República de "*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*" (art. 3º, IV, da CRFB /1988), pois estabeleceu ampla hipótese de incidência dos direitos fundamentais nas relações públicas e privadas de labor.

O artigo 1º da indigitada Lei contempla a proibição à adoção de quaisquer práticas discriminatórias ou limitativas ao acesso às relações de trabalho e à sua manutenção "*por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros*" (sem grifos no original). Como se vê, assim como se deu no texto Constitucional, a Lei 9.029/95 utiliza-se de rol meramente exemplificativo, permitindo que outras formas de discriminação sejam coibidas.

Justamente por isso, é passível de caracterização como discriminatória a dispensa promovida pelo empregador de trabalhador portador de doença grave, desde que, é claro, trate-se de doença estigmatizante ou que suscite

preconceito, pois, tanto na redação da CRFB/1988 quanto na redação da Lei 9.029/95, atrelou-se a hipótese abstrata à figura da discriminação.

Não é por outra razão que o C. TST, por meio do Enunciado nº 443 de sua Súmula de Jurisprudência, pacificou o entendimento de que se presume discriminatória a dispensa de "*empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito*" (sem grifos no original). De todo modo, não se pode olvidar de que tal presunção é relativa, e não absoluta, e, por isso, admite prova em sentido contrário.

Assentado isso, observa-se que o acervo probatório jungido aos autos evidencia que a reclamante em meados de 2021 submeteu-se a cirurgia preventiva de retirada de carcinoma no intestino. O tratamento preventivo denota que, conquanto importante, a situação não era tão urgente.

Os anos de 2021 e 2022 são marcados por afastamentos previdenciários da reclamante e por mudanças na própria reclamada. Ainda assim essa mantém aquela em seus quadros, nesse ínterim, a autora é transferida do Hospital São Paulo para a AME Taboão da Serra.

A última alta previdenciária remonta a 9.2.2023 ao passo que a comunicação da dispensa a 11.3.2024 (ID. b3169af). Conta-se, aí, mais de 1 ano ininterrupto.

Não fosse isso, a reclamada esclarece "*que a reclamante prestava serviços de forma correta e não houve reclamações do serviço prestado por ela; que a reclamante foi dispensada em razão de corte no orçamento da instituição*" (ID. 57a9bd5). Comprova, ademais, a dispensa imotivada de outras 4 empregadas no mesmo semestre da reclamante (IDs. d65188f, 86f0d43, 4e3ccf4 e 2eaf9f9).

À vista de todas essas circunstâncias, tem-se que a presunção relativa do viés discriminatório da dispensa restou infirmado. A ponderar que o sistema jurídico posto permite a dispensa imotivada, já que o Brasil procedeu com denúncia da Convenção 158 da OIT por meio do Decreto nº 2.100/96, tem-se que a dispensa sem justa causa perpetrada deu-se no regular exercício do poder potestativo da reclamada.

Por fim, no que concerne às alegações da reclamante no sentido de que a reclamada não aceitava seus atestados de comparecimento em consulta médica e computava débitos de horas, observa-se que o art. 473 da CLT traz rol de ausências justificadas ao trabalho. Nesses termos é possível ausentar-se do trabalho por até 3 dias em cada 12 meses de trabalho desde que comprovada a realização de exames preventivos de câncer. Os atestados da reclamante não contam com essa observação (ID. 315d91c).

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos autorais de indenização substitutiva ao período estabilitário (art. 118 da Lei 8.212/91), por dispensa discriminatória (art. 4º, II, da Lei 9.029/95) e danos extrapatrimoniais.

- ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Considerando que foi extinto o contrato de trabalho e que não há nos autos elementos que indiquem a existência de outras fontes de renda, reputo que a parte reclamante se encontra desempregada, não lhe sendo exigível, a teor dos §§ 3º e 4º do art. 790 da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017, a comprovação da insuficiência de recursos para o pagamento das custas do processo.

Assim, por ser presumida a impossibilidade de arcar com os custos do processo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, **concedo à parte reclamante os beneplácitos da gratuidade de justiça.**

- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA

Ante a improcedência integral dos pedidos, nos termos do artigo 791-A, "caput", da CLT, são devidos os honorários advocatícios de sucumbência em favor do patrono da parte passiva, os quais são arbitrados, em observância aos critérios do § 2º do aludido dispositivo consolidado, em 10% sobre o valor dado à causa na petição inicial devidamente atualizado.

De outro lado, considerando que o reclamante é beneficiário da gratuidade de justiça, a exigibilidade da obrigação decorrente de sua sucumbência, tal como prevê o § 4º do art. 791-A da CLT, ficará sob condição suspensiva, e somente poderá ser executada se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença, o credor da verba honorária demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, em sendo ultrapassado esse prazo, a aludida obrigação. Nesse sentido, inclusive, a decisão do Pretório Excelso (vide ADI 5.766/DF, red. p/ ac. Ministro Alexandre de Moraes, j. 20/10/2021).

- EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Não verifico, nestes autos, qualquer conduta da parte passiva que reclame a expedição de ofício a outra autoridade.

3. DISPOSITIVO:

Pelo exposto, este Juízo da MM. 1ª VARA DO TRABALHO DE TABOÃO DA SERRA/SP, nos autos da Reclamação Trabalhista ajuizada por LEILA NAZARE MENDES, reclamante, em face de SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA, reclamada, decide:

- Pronunciar a prejudicial de prescrição parcial para julgar extinto, com resolução de mérito, o processo quanto às parcelas cuja exigibilidade remonte ao período anterior a 27.12.2018, nos termos do art. 487, II, do CPC/2015;

- Julgar improcedentes os pedidos vindicados na petição inicial da reclamação trabalhista;

- Conceder os beneplácitos da gratuidade de justiça à reclamante; e

- Fixar os honorários advocatícios de sucumbência em favor do patrono da parte passiva, os quais são arbitrados em 10% sobre o valor dado à causa na petição inicial, devidamente atualizado, cuja exigibilidade, todavia, fica sob condição suspensiva.

Tudo nos termos da fundamentação supra, que integra este *decisum* para todos os fins.

Custas pela parte reclamante no importe de R\$ 452,38, calculadas sobre o valor dado à causa na petição (R\$ 63.735,00), das quais fica isenta ante a concessão da gratuidade de justiça.

Intimem-se.

Nada mais.

TABOAO DA SERRA/SP, 17 de outubro de 2024.

MARCOS VINICIUS COUTINHO
Juiz do Trabalho Substituto



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS COUTINHO, em 17/10/2024, às 14:35:39 - 53888a4
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIAO:03241738000139
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24101714350318800000372180547?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24101714350318800000372180547



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE TABOÃO DA SERRA
ATOrd 1000802-83.2024.5.02.0090
RECLAMANTE: LEILA NAZARE MENDES
RECLAMADO: SPDM - ASSOCIACAO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO
DA MEDICINA

CONCLUSÃO

Nesta data faço os presentes autos conclusos a(o) MM(a). Juiz
(a) do Trabalho para deliberações.

Taboão da Serra, 19/11/24

Marley A. S. Almeida

Técnico Judiciário

DECISÃO

Vistos.

Id 591f6be : Preenchidos os
pressupostos subjetivos e objetivos de admissibilidade.

Processe-se em termos.

Após, ao E. TRT com as cautelas
devidas.

TABOAO DA SERRA/SP, 19 de novembro de 2024.

ACACIA SALVADOR LIMA ERBETTA
Juíza do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por ACACIA SALVADOR LIMA ERBETTA, em 19/11/2024, às 10:48:28 - 2875e14
Certificado por TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO:03241738000139
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24111816555767100000376748808?instancia=1>
Número do processo: 1000802-83.2024.5.02.0090
Número do documento: 24111816555767100000376748808

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17b1ce8	04/06/2024 12:00	Despacho	Despacho
deb2372	14/06/2024 11:06	Decisão	Decisão
6a68916	27/06/2024 08:35	Despacho de redesignação de audiência	Despacho
57a9bd5	25/09/2024 18:37	Ata da Audiência	Ata da Audiência
53888a4	17/10/2024 14:35	Sentença	Sentença
2875e14	19/11/2024 10:48	Decisão	Decisão